

## Dívida bancária é principal motivo de inadimplência



### Doença de Alzheimer

Descoberta pelo alemão Alois Alzheimer, a Doença de Alzheimer provoca deterioração degenerativa das funções cerebrais cognitivas como razão, memória, linguagem e habilidades de autocuidado.

Sem conhecimento das causas da doença, grande parte dos pacientes começam a apresentar os primeiros sintomas com 65 anos. Mas cada vez mais casos precoces de diagnóstico do Alzheimer tem crescido no mundo todo, com pacientes por volta dos 50 anos. As últimas pesquisas científicas têm apontado que fatores de risco são múltiplos e englobam hábitos e comportamentos iniciados ainda na infância.

"Vamos construindo fatores de risco e de proteção contra a doença durante toda nossa vida. Sabe-se que um dos principais fatores de risco para o Alzheimer é a baixa escolaridade. Quem tem atividade intelectual proeminente ao longo da vida está mais protegido contra a doença", esclarece Dr. Raphael Spera, médico neurologista do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP).

Ainda de acordo com o Dr. Raphael, hábitos alimentares mais saudáveis e praticar atividades físicas também são fundamentais para combater a Doença de Alzheimer. "Quanto mais atividades físicas e controle de comorbidades como diabetes e pressão alta, menor o risco de doenças cognitivas degenerativas como o Alzheimer".

O diagnóstico é realizado após minucioso levantamento do histórico pessoal e familiar do paciente, e análise dos sintomas apresentados que iniciam com alterações da memória e de personalidade, algumas mudanças nas habilidades visuais e dificuldade para falar, insônia e agitação, entre outros que marcam estágios mais graves da doença como incontinência urinária e fecal, dificuldade para comer e deficiências motoras progressivas.

A ciência tem se dedicado a estudar o Alzheimer e buscar a cura da doença, mas até o momento o tratamento tem por objetivo minorar os sintomas. Alguns medicamentos estão sendo desenvolvidos e podem ser a promessa de controle da doença. Mas tudo ainda segue em fase experimental.

Você assiste o programa A Hora e a Vez da Pequena Empresa na íntegra no site do SIMPI São Paulo ([www.simpi.org.br](http://www.simpi.org.br)) ou navegando na página do Youtube (<https://www.youtube.com/c/simpispi>).

### Três novas medidas tributárias merecem atenção

A primeira delas são as mudanças no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) que buscam reverter perdas de arrecadação e acúmulo de processos. Assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de janeiro, a medida de recuperação fiscal estabelecida pela Medida Provisória nº 1160 permitirá a redução do passivo de processos administrativos no CARF.

Ainda sobre o CARF, durante a gestão passada o Congresso Nacional alterou a legislação estabelecendo que em caso de empate a vitória cabia aos contribuintes, o que levou a decisões muito favoráveis aos mesmos. No entanto, com as mudanças determinadas no último dia 12 o voto passa a ser da Fazenda Nacional, o que volta a preocupar os contribuintes sobre os rumos do órgão que deve ter o papel de zelar pela justiça e equilíbrio, e não pela arrecadação.

Outra medida é a revogação do Decreto 11.332/2022, que reduzia em 50% as alíquotas de PIS/COFINS sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas sujeitas ao regime não cumulativo ocorrida em 2 de janeiro. O cálculo do impacto da medida de 2022 era de R\$ 5,80 bilhões com a justificativa de liberar recursos para que as empresas investissem em empregos e novas operações.

Com a revogação de nº 11.374/2023, fica restabelecida as alíquotas originais de PIS e Cofins. Alguns contribuintes estão recorrendo ao Judiciário alegando que a elevação da alíquota das contribuições sociais terá validade após 90 dias de sua publicação.

"Ainda tem a possibilidade de acabar com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB)", lembra o advogado tributarista, Mario Franco. Em assembleia extraordinária com representantes da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no dia 16 de janeiro, Alckmin afirmou que a meta do governo é acabar com o IPI reduzindo a zero, o que pode gerar um incremento de 9 bilhões nas contas deste ano.

### IPVA e o ganho de capital surgido

Início de ano é o momento de pagar IPVA, se em 2022 você vendeu algum veículo e teve lucro, ou seja, vendeu por um valor maior do que pagou pode existir a cobrança de Imposto de Renda desse ganho de capital.

Esse ganho de capital deve ser informado ao GCAP (Programas Ganho de Capital da Receita Federal), no site da Receita Federal. "Não deixe de fazer sua declaração de ganho de capital surgido no Imposto de Renda deste ano. Lembre-se, quanto mais demora para pagar, mais caro o imposto ficará", alerta Vitor Stankevicius, auditor e perito fiscal.

### Litígio Zero

O Litígio Zero ou PRLF (Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal) é uma ação de regularização tributária que prevê a renegociação de dívidas em contencioso administrativo tributário no âmbito da Delegacia da Receita Federal de Julgamento e do CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União. Segundo o advogado Marcos Tavares, para empresários das micro e pequenas empresas, e pessoas físicas que aderirem ao programa,



ALTAS. Taxas de juros cobradas pelos bancos estão entre os principais fatores que levam os consumidores do Grande ABC ao endividamento

# Dívida bancária é principal motivo de inadimplência

No Grande ABC, cerca de 74% dos consumidores endividados possuem pendências com bancos; despesas com água e luz estão em segundo lugar

BEATRIZ MIRELLE  
beatrizmirelle@dabc.com.br

As dívidas bancárias são os principais motivos para o endividamento da população do Grande ABC. A região acumulou 716.118 devedores até dezembro, dos quais 74,05% possuíam pendências com os bancos (cerca de 529.927 pessoas). O levantamento é do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e apresentado pela CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de São Caetano.

Depois dos bancos, as contas mais expressivas são de água e luz (10,97%), outros como cartões de loja e de crédito (8,03%), comunicação (3,9%) e comércio (3,06%). Segundo a pesquisa, o consumidor em inadimplência na região devia, em média, R\$ 4.898,27 no mês passado.

O presidente da CDL São Caetano, Alexandre Damascio Coelho, destaca que o perfil industrial do Grande ABC influencia no aumento dos casos de inadimplência. "A nossa região produz muita riqueza, gera empregos, tem muitas empresas, o que movimenta a economia. Isso faz com que os bancos tenham um público que queira adquirir crédito." Segundo ele, os moradores têm um alto ticket médio de consumo, que aumenta a chance de cair na inadimplência.

Outro fator que motiva essa taxa é o crescimento do número de contas bancárias durante a pandemia. "Muitas pessoas foram bancarizadas, ou seja, criaram contas para receber auxílio financeiro do governo. Poucas pessoas têm educação financeira e a todo momento

há uma enxurrada de ofertas de créditos. Elas acabam pagando, mas não conseguem ou esquecem de pagar." Esse contexto, que já apresentava sinais de empobrecimento e endividamento bancário da população, resultou em uma série de renegociações com altos juros e parcelas.

Para Coelho, a tendência é que o número de endividados na região aumente até março, ainda com uma repercussão das festas de final de ano e despesas com o início do período

escolar.

### TAXA DE JUROS

Para quitar as dívidas, as taxas de juros podem ser um dos empecilhos. Em dezembro, o valor médio de cobrança dos bancos foi de 7,56% ao mês para empréstimo pessoal, com variação de 2,12% frente a novembro (7,40%).

O Bradesco segue com a maior taxa ao mês para empréstimo pessoal (9,81%), seguido pelo Itaú (9,73%), Santander (7,89%), Safra

(7,25%), Banco do Brasil (6,57%) e Caixa Econômica Federal (4,10%).

Em caso de cheque especial, todos os bancos citados possuem cobrança de 8% ao mês, exceto o Banco do Brasil (7,73%), de acordo com o Núcleo de Inteligência e Pesquisas da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor da Fundação Procon-SP.

"O consumidor fica mais preocupado com o valor das parcelas e não se atenta aos juros nem ao montante do empréstimo. É uma linha de raciocínio que não o ajuda a se organizar financeiramente", declara Coelho.

"O pagamento da dívida é uma despesa obrigatória do mês, como água, luz, aluguel, comida. É importante frear os gastos supérfluos (viagens, fast food etc.) enquanto tem gastos em atraso. O correto é ter esse controle por, no mínimo, seis meses", destaca Rodrigo Leite, professor de Finanças e Controle Gerencial do COPEAD/UFRRJ (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

## 'Comece a poupar com qualquer quantia'

A dentista Carolina Militari, 23 anos, do Parque Novo Oratório, em Santo André, possui dívidas há cerca de dois anos. "Tudo na Odontologia é bem caro, como cursos de aperfeiçoamento e materiais. Meus maiores gastos atualmente são com os estudos e melhorias para o meu consultório", explica.

Além de direcionar boa parte do salário com a profissão, as despesas fora do escritório chamam atenção no final do mês. "Faço cuidados estéticos e, neste ano, comprei minha primeira viagem internacional. Ao trazer novos itens ao meu ambiente de trabalho, consigo atrair mais clientes."

Apesar de se programar para pagar tudo em dia, Carolina ainda encontra dificuldades para zerar todos os boletos.

A economista Gabriela

Chaves, CEO da NoFront - Empoderamento Financeiro, afirma que os casos de inadimplência entre os jovens de 18 a 25 anos, que receberam destaque em pesquisas de dívidas do Serasa, apresentaram alta pelas incertezas do mercado de trabalho. "O crédito é disponibilizado a eles sem nenhum processo educativo. Muitas vezes, pegam o dinheiro, mas estão em trabalhos com uma renda que oscila", analisa. "Isso faz com que as pessoas não tenham segurança financeira para quitar as dívidas. A falta de orientação e a qualidade do emprego são fatores que instigam essa instabilidade", complementa.

Gabriela detalha que é necessário priorizar o pagamento de contas com juros maiores para evitar o efeito 'bola de neve'. Reforça tam-

bém a importância de anotar quais são os gastos fixos e criar uma conta de emergência. "Geralmente, as dívidas surgem diante de eventos não planejados. Por isso, guarde o que for possível. As pessoas dizem 'só vou guardar quando sobrar dinheiro', mas comece a poupar com qualquer quantia, seja R\$ 10 ou R\$ 20, e abra uma conta separada para isso."

Para a taxa de inadimplência no Brasil diminuir, Gabriela pontua que a renda média mensal da população precisa aumentar. Em paralelo a isso, a disciplina é fundamental para tentar reverter esses números.

No caso da reserva de emergência, ela aconselha a não utilizar esse recurso para compras por impulso, como ingressos de show.

BM

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Economia **Página:** 5